

# Ter ou Não Ter? Uma Revisão da Literatura sobre Casais Sem Filhos por Opção

Isabela Machado da Silva<sup>1</sup>

Giana Bitencourt Frizzo<sup>2</sup>

## Resumo

*Este artigo apresenta uma revisão narrativa da literatura nacional e internacional sobre casais que não têm filhos por opção. Aborda-se o conceito de casais “voluntariamente sem filhos”, a decisão de não ter filhos segundo a perspectiva do casal, a relação conjugal nesse contexto, o ciclo vital individual e familiar desses casais, bem como sua relação com a rede social. Os estudos sobre o tema têm questionado algumas ideias preconcebidas sobre esses casais: eles não apresentariam maiores dificuldades em seus relacionamentos conjugais nem seriam psicologicamente mais vulneráveis do que casais que optam por ter filhos. Consta-se que a opção por não ter filhos é uma decisão complexa e que exerce um potencial impacto sobre o desenvolvimento da relação. Os casais que não têm filhos por opção compõem um grupo diversificado no que se refere aos motivos atrelados a essa decisão e à maneira como lidam com a mesma.*

**Palavras-chave:** relações familiares; estrutura familiar; planejamento familiar; casamento; casais sem filhos.

## To Have or Not To Have? A Literature Review about Voluntarily Childless Couples

### Abstract

*This article presents a narrative review of national and international studies about voluntarily childless couples. It discusses the concept of "voluntarily childlessness", the decision not to have children according to the perspective of the couple, the marital relationship in this context, the individual and family life cycle of those couples, as well as their relationship with the social network. Studies on the topic have questioned some preconceived ideas about these couples: they would not present major difficulties in their marital relationships and they would not be psychologically more vulnerable than couples who chose to have children. Note that the option for not having children is a complex decision and it exerts a potential impact on the development of the marital relationship. Voluntarily childless couples comprise a diverse group with regard to the reasons underlying this decision and the way in which they deal with it.*

**Keywords:** family relations; family structure; family planning; marriage; childfree couples.

Os casais sem filhos não constituem um tema novo na literatura, tendo constituído uma área de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Domus: Centro de Terapia de Casal e Família

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul

especial interesse dos pesquisadores nas décadas de 70 e 80 (Mawson, 2005). Atualmente, talvez em função do marcante aumento nos índices de casais sem filhos, pode-se perceber um ressurgimento desse interesse, prevalecendo estudos sobre a experiência das mulheres, em detrimento das vivências dos homens e dos casais (Mawson, 2005), bem como uma atenção especial ao envelhecimento nesse contexto. No entanto, na realidade brasileira, esse é um tópico ainda pouco investigado (Rios & Gomes, 2009a).

No que tange às teorias que abordam o desenvolvimento individual ou familiar, percebe-se que essa também é ainda uma realidade relativamente ignorada. Conforme sugeriram Dykstra e Hagestad (2007), a literatura sobre ciclo vital tem considerado que se tornar pai ou mãe faz parte daquilo que é esperado como uma “vida normal”. Esses autores revisaram diferentes teorias referentes ao ciclo vital individual e familiar, constatando que, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento do indivíduo adulto parece estar vinculado à parentalidade, as teorias de desenvolvimento familiar parecem desconsiderar aqueles que não passam por transições como o casamento ou a parentalidade. Haveria, dessa forma, uma tendência a se restringir o conceito de família à família nuclear procriativa, ignorando-se os vínculos que unem esses sujeitos entre si e às suas famílias de origem. Um bom exemplo é a proposta de ciclo vital apresentada por Carter e MacGoldrick (1995) e bastante utilizada pelos terapeutas de família em nosso contexto. Essas autoras propuseram uma divisão do ciclo de vida familiar que se baseia primordialmente no desenvolvimento dos filhos e que é composta pelos seguintes estágios: (a) O lançamento do jovem adulto solteiro, (b) A união das famílias através do casamento: o novo casal, (c) Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos, (d) Transformação do sistema familiar na adolescência, (e) Lançando os filhos e seguindo em frente e (f) A família no estágio tardio da vida. Cerveny e Berthoud (1997), por sua vez, desenvolveram um modelo de ciclo vital dentro da teoria sistêmica, considerando a realidade das famílias paulistas. Essas autoras demonstraram o cuidado de mencionar os casais sem filhos – que constituíram um total de 7% das famílias participantes de seu estudo – e explicitaram critérios que podem ser utilizados para a compreensão de seu ciclo de vida familiar, os quais basear-se-iam fundamentalmente no tempo de união do casal. Nesse contexto, os estágios vivenciados por um casal sem filhos compreenderiam: (a) Fase de aquisição: até 10 anos de união; (b) Fase adolescente: entre 11 e 20 anos de união; (c) Fase madura: entre 21 e 30 anos de união e (d) Fase última: mais de 31 anos de união. Apesar desse cuidado, porém, identificam-se poucas informações pertinentes às especificidades da vivência de cada um desses estágios pelos casais sem filhos, de forma que, assim como nos modelos anteriores, os mesmos ocupam uma posição secundária quando comparados àqueles casais com filhos.

Poucos autores (González, 2005; Nichols & Pace-Nichols, 2000) detiveram-se de forma mais detalhada aos casais sem filhos ao abordarem o ciclo de vida familiar. Dessa forma, há uma escassez de modelos normativos em que os casais e os próprios terapeutas possam se embasar (Mawson, 2005). Tal lacuna se mostra especialmente relevante ao considerarmos que esses modelos são importantes tanto para o desenvolvimento de um senso de pertinência por parte dessas famílias, como para uma compreensão desenvolvimental das possíveis dificuldades vivenciadas (Carter & McGoldrick, 2005).

Dessa forma, este trabalho apresenta uma revisão narrativa da literatura nacional e internacional acerca da experiência de casais que optaram por não ter filhos. Pretende-se contribuir para a reflexão acerca de um tema cada vez mais relevante, mas ainda subexplorado em nossa realidade. Serão discutidos os conceitos de casais “voluntariamente sem filhos” e “involuntariamente sem filhos”, a decisão de não ter filhos segundo a perspectiva do casal, a relação conjugal nesse contexto, o ciclo vital individual e familiar desses casais, bem como sua relação com o meio.

### **Casais voluntariamente sem filhos X Casais involuntariamente sem filhos**

Diversos autores (Carmichael & Whittaker, 2007; Letherby, 2002; McAllister & Clarke, 1998) destacaram que diferenciar casais “voluntariamente sem filhos” daqueles “involuntariamente sem filhos” é uma tarefa muito mais complexa do que se poderia inicialmente supor. Há uma tendência a se identificar os casais “involuntariamente sem filhos” como aqueles que não puderam tê-los em função de uma impossibilidade orgânica, e os casais “voluntariamente sem filhos” como aqueles, que embora pudessem, não os tiveram. No entanto, de acordo com Carmichael e Whittaker, essa conceituação tende a homogeneizar realidades bastante distintas, implicando em uma possibilidade de escolha que nem sempre está presente. Segundo esses autores, não ter filhos pode ser tanto uma questão de escolha como de circunstâncias, que envolvem encontrar o parceiro certo, os compromissos profissionais vivenciados e a decisão do parceiro. Dessa forma, propõem uma perspectiva individualizada, que considere tanto as escolhas como as circunstâncias do sujeito. A partir dessa visão, é possível deparar-se com uma situação em que, para um parceiro, não ter filhos é uma escolha, enquanto, para o outro, é uma circunstância decorrente da escolha tomada pelo parceiro.

McAllister e Clarke (1998) também questionaram a dicotomia presente nesses conceitos. De acordo com esses autores, quando se fala em pessoas sem filhos, é possível observar diferentes categorias entre esses extremos: (a) pessoas que, desde a adolescência, têm certeza de que não querem ter filhos; (b) pessoas que atingiram essa certeza em um momento posterior de suas vidas, mas que cogitaram a opção de ter filhos quando eram mais jovens; (c) aquelas que aceitaram não ter filhos em função de sua idade ou de diferentes acontecimentos presentes nos cursos de suas vidas; (d) as ambivalentes, ou seja, aquelas que nunca finalizaram uma decisão a esse respeito; (e) aquelas que tomam a decisão como pronta, ou seja, que não se percebem no comando desse processo e (f) aquelas que não têm filhos involuntariamente, isto é, que realmente queriam tê-los, mas não puderam em função de algum impedimento físico ou das próprias circunstâncias de vida. Portanto, “enquanto algumas mulheres ‘voluntariamente sem filhos’ definiriam a si mesmas como ‘childfree’<sup>3</sup> e outras ‘involuntariamente sem filhos’ se desesperariam, outras seriam mais ambivalentes” (Letherby, 2002, p. 8).

Os diferentes critérios utilizados por estudos voltados a essa população demonstram a dificuldade em conceitualizar o que seriam casais “voluntariamente sem filhos”. Hoffman e Levant

---

<sup>3</sup>Termo utilizado em oposição à “childless”, com o intuito de substituir uma conotação de ausência por uma ideia de liberdade.

(1985) consideraram como “voluntariamente sem filhos”, casais que estavam casados há mais de dois anos, com idades entre 25 e 35 anos, que não tinham filhos de relacionamentos anteriores, que haviam decidido, de forma definitiva, não ter filhos e que não estavam cientes de qualquer impedimento físico ou financeiro quanto à possibilidade de serem pais. No estudo de Somers (1993), foram incluídos dois grupos de casais: (a) aqueles em que ambos os cônjuges tivessem respondido ter muita certeza quanto à sua decisão de não terem filhos ou (b) aqueles em que um tivesse respondido ter muita certeza e o outro, relativa certeza, desde que um dos cônjuges tivesse se submetido à esterilização ou que eles estivessem casados há mais de 10 anos e a mulher tivesse mais de 40. No estudo de Mawson (2005), participaram casais, que não tinham filhos de relações anteriores, que estavam casados há mais de cinco anos e que haviam se comprometido com a decisão de não terem filhos submetendo-se a procedimentos médicos ou não mais se encontrando em idade reprodutiva. Esses exemplos demonstram a grande diversidade de critérios empregados pelos estudos, além de corroborarem a dificuldade existente na conceitualização de um fenômeno aparentemente tão simples. No entanto, essas diferenças devem ser consideradas ao se compararem os resultados obtidos por diferentes estudos, uma vez que trazem implicações significativas para os dados obtidos. No trabalho de Somers, por exemplo, há uma probabilidade de que predominem, na amostra, casais em que há consenso quanto a essa decisão, o que, como bem pontuaram Carmichael e Whittaker (2007), nem sempre é a realidade de todos os casais tidos como “voluntariamente sem filhos”.

### **O casal e a decisão de não ter filhos**

A decisão de ter um filho tende a ser influenciada por diferentes variáveis: sentimento de continuidade na família, superação dos próprios pais, preencher um vazio, receber cuidados no futuro (Maldonado, Dicksteins, & Naohum, 1996), melhorar o casamento, pressão da família e amigos (Patias & Bauer, 2012), dentre inúmeros outros. Tanto Winnicott (1978) como Stern (1997), autores reconhecidos no estudo da transição para parentalidade, pontuavam, porém, que ser mãe (e ser pai, por que não?) demanda um trabalho psicológico que não será vivenciado por todas as mulheres, pois nem todas *precisam* se tornar mães (Stern, 1997).

De acordo com Nichols e Pace-Nichols (2000), existem tanto aqueles casais que parecem não fazer uma escolha consciente a esse respeito, deixando-se levar pelo que acontece, como casais em que esta é tida como a decisão mais importante de suas vidas. A decisão seria fruto tanto de ideias racionais e elaboradas, como de desejos, crenças e expectativas inconscientes e irracionais. Deve-se considerar que certo grau de ambivalência faz parte de qualquer relacionamento, ainda mais considerando-se uma decisão irreversível como ter um filho (Maldonado et al., 1996)9.

Em um estudo qualitativo do qual participaram 51 mulheres, 35 homens e 29 casais oriundos das mais diferentes configurações familiares – casados e solteiros, com e sem filhos – Carmichael e Whittaker (2007) investigaram, a partir da realização de entrevistas em profundidade, os motivos relacionados a não ter filhos. Os motivos relacionados à escolha por essa opção disseram respeito a: (a) a manutenção do estilo de vida atual, marcado pela liberdade; (b) a rejeição do papel materno; (c)

uma percepção de egoísmo, (d) a falta de desejo e (e) a manutenção da qualidade conjugal.

Alguns desses aspectos foram corroborados pelo estudo de Park (2005), do qual participaram 14 mulheres e nove homens que optaram por não ter filhos e que responderam a entrevistas individuais semiestruturadas. O receio de comprometer a própria carreira ou as atividades de lazer também foi um aspecto mencionado pelas participantes desse estudo, o que reforça a ideia de que esses casais mostram-se preocupados com a manutenção de um estilo de vida que os têm satisfeito. Tanto os homens como as mulheres mencionaram, ainda, certos traços de personalidade que possuíam e que, a seu ver, poderiam comprometer o exercício do papel parental: introversão, sensibilidade, ansiedade, perfeccionismo e falta de paciência. Os homens mostraram-se mais propícios do que as mulheres a analisarem os custos e benefícios relacionados a essa escolha. As mulheres, por outro lado, mostraram-se mais influenciadas pelos modelos parentais com os quais conviveram e que teriam despertado medo, ansiedade ou desprezo pela experiência parental.

Resultados parcialmente semelhantes foram encontrados em um estudo brasileiro sobre as representações de maternidade em mulheres não-mães (Patias & Buaes, 2012). A questão da impossibilidade de realizar projetos futuros em função da responsabilidade de cuidar de um filho foi apontada por essas mulheres como um fator importante na decisão de não ter filhos. Nesse sentido, Zapiain (1996) sugeriu que desejar uma criança significa incluí-la no seu projeto de vida, supõe aceitar as mudanças ecológicas que um filho implica, o que pode não fazer parte do projeto de alguns casais por inúmeras razões.

Como sugeriram Carmichael e Whittaker (2007), a decisão de ter ou não filhos é uma escolha que tende a dizer respeito ao casal. Se a escolha individual de ter um filho representa um fenômeno complexo, muitas vezes, marcado por idas e vindas (McAllister & Clarke, 1998), o que dizer quando as escolhas e motivações desses dois indivíduos se encontram para originar uma decisão comum?

De acordo com Cowan e Cowan (1992), a falta de discussão a respeito desse tópico no início da relação e as mudanças pelas quais os indivíduos passam ao longo do seu ciclo de vida são aspectos que tendem a contribuir para o aparecimento de divergências entre os cônjuges a esse respeito. A forma como essa decisão será tomada pelo casal é de grande relevância para o futuro da relação e para a satisfação com a escolha tomada.

Entre os relatos de seus participantes, Carmichael e Whitakker (2007) identificaram, inclusive, casos em que o relacionamento chegou ao fim em função da falta de consenso entre os cônjuges. Corroborando a ideia de Cowan e Cowan (1992), esses autores sugeriram que atualmente não é incomum duas pessoas se casarem antes de decidirem se terão ou não filhos. Segundo esses autores, algumas mulheres que desejam ser mães podem esperar que, com o tempo, seus parceiros também desejem ter filhos, o que nem sempre acontece. Nesse contexto, caberia ao cônjuge que deseja ter filhos optar pelo término da relação ou aceitar a ideia de se tornar alguém sem filhos em função das circunstâncias. Nesse sentido, a decisão por ter ou não filhos pode ser considerada um importante impasse entre os cônjuges, pois não há opção intermediária.

Utilizando dados do *U. S. National Survey of Families and Households*, Thomson (1997) realizou um estudo, no qual investigou a intenção de ambos os cônjuges em terem filhos e suas consequências dois anos depois. A autora constatou a importância da intenção de ambos os

cônjuges. Quando se observaram divergências entre os cônjuges na primeira medida, o mais provável era que, na segunda, ambos apresentassem a intenção de não ter filhos ou que efetivamente não os tivessem. Não foram observadas diferenças de gênero, sendo que as intenções da esposa e do marido apresentaram efeito semelhante sobre a intenção do cônjuge e o resultado de ter ou não filhos.

Realidade parcialmente semelhante parece ser observada no Brasil. Em um estudo do qual participaram 1105 famílias paulistas, Cervený e Berthoudt (1997), constatou-se que, para a maioria dos participantes, a decisão de ter ou não ter filhos foi de ambos os cônjuges. No entanto, ao contrário do estudo norte-americano anteriormente citado, nos casos em que a decisão foi prioritariamente de um dos cônjuges, houve um predomínio de casos em que a decisão foi do homem (17%) em comparação com aqueles em que a decisão foi da mulher (4%).

No que se refere à dinâmica conjugal referente à tomada dessa decisão, Cowan e Cowan (1992) realizaram um estudo do qual participaram tanto casais que esperavam seu primeiro bebê como casais que ainda não haviam decidido se teriam filhos ou não. A partir dos dados obtidos, esses autores identificaram quatro padrões específicos. O primeiro tipo de casais se caracterizaria por um planejamento e uma decisão conjunta. Esses casais apresentariam uma maior abertura para o diálogo e um processo de resolução de problemas mais efetivo, de forma que, independentemente da decisão final, eles tenderiam a se mostrar mais satisfeitos com sua escolha. O segundo tipo seria formado por aqueles casais em que prevalece uma postura de “aceitação do destino”, ou seja, os que tenderiam a se adaptar tanto à vinda dos filhos, como à sua ausência. O terceiro tipo se caracterizaria pela ambivalência de ambos os cônjuges em relação ao desejo de ter um filho. O quarto tipo diz respeito a uma polarização da decisão. Enquanto um mantém-se irredutível quanto à ideia de ter um filho, o outro assume, com a mesma intensidade, a posição contrária. Haveria, nesses casais, uma dificuldade para empatizar com a posição do outro, assim como de aceitar as próprias ambivalências, o que estaria relacionado a um processo de resolução de problemas menos efetivo.

Características do próprio relacionamento conjugal foram um aspecto investigado na tentativa de compreender os fatores que podem favorecer a opção por ter ou não ter filhos. Myers (1997) realizou um estudo em que investigou a aplicação da Teoria de Redução da Incerteza na decisão de ter filhos. De acordo com os postulados dessa teoria, ter filhos poderia constituir uma forma de reduzir a incerteza presente no relacionamento conjugal, de forma que casais que apresentassem uma baixa solidariedade em seus relacionamentos buscariam aumentá-la tendo um filho. Com o objetivo de testar essa hipótese, Myers utilizou os dados de um estudo longitudinal com mais de 2000 participantes, os quais foram entrevistados em três momentos. Entre as variáveis analisadas, encontravam-se o risco de divórcio, o grau de dependência mútua entre os cônjuges (avaliado a partir de índices como propriedades conjuntas, interação conjugal e amigos comuns), a duração do casamento e os desequilíbrios de poder existentes na relação. Ao contrário do esperado, constatou-se que os casais que se mostrassem mais incertos quanto ao futuro do seu relacionamento (alto risco de divórcio, baixa dependência mútua entre os cônjuges) apresentariam menos probabilidade de terem filhos do que aqueles que demonstrassem “um casamento sólido e compatibilidade entre os cônjuges” (p 1271).

Como o próprio Myers (1997) sugeriu, a relação entre conjugalidade e parentalidade é uma questão mal resolvida especialmente nos estudos sobre fertilidade, mas não se restringe somente a esse contexto. Por um lado, os resultados obtidos pelo estudo desse autor sugeririam uma tendência de casais com maiores dificuldades optarem por não terem filhos, por outro lado, a manutenção da boa qualidade conjugal tem sido também apresentada como um motivo para não ter filhos (Carmichael & Whittaker, 2007; Cramer, 1993). O que dizem, então, os estudos que investigaram a conjugalidade dos casais que optam por não ter filhos?

### **A conjugalidade no contexto da opção por não ter filhos**

Em dois trabalhos que revisaram estudos voltados à conjugalidade dos casais sem filhos por opção (Mawson, 2005; Rios & Gomes, 2009), destacaram-se características como a igualdade entre os cônjuges; o comprometimento com o parceiro; o apoio mútuo; a oportunidade para dedicar afetos e compromissos exclusivamente ao outro, tornando o casamento uma prioridade central; a intimidade entre os cônjuges e o compartilhamento de valores e interesses, o que favorece a construção de uma identidade conjunta. Conforme assinalou Mawson, esses estudos têm se contraposto à ideia socialmente aceita de que esses casais não teriam bons relacionamentos.

Algumas dessas características foram corroboradas por um estudo nacional realizado por Rios e Gomes (2009b). Nesse estudo clínico-qualitativo, do qual participaram quatro casais que responderam a entrevistas conjuntas semidirigidas, as autoras constataram que a conjugalidade desses casais se caracterizaria por características contemporâneas, sendo que tanto o homem como a mulher buscariam sua realização profissional e dividiriam as tarefas domésticas, procurando a satisfação afetiva no próprio relacionamento conjugal e compartilhando projetos de cuidado (do próprio parceiro, de familiares e amigos) e de desenvolvimento profissional e intelectual.

Outro aspecto investigado pelos estudos voltados a esse tema refere-se à comparação do relacionamento desses casais e daqueles que têm ou desejam ter filhos. Exemplo disso é um estudo já mencionado anteriormente (Somers, 1993), do qual participaram 74 pessoas “voluntariamente sem filhos” e 127 com filhos, as quais responderam à Escala de Ajustamento Diádico e a escalas de satisfação de vida, tomada de decisão e percepção de estereótipos. Os casais sem filhos apresentaram maiores índices de ajustamento conjugal quando comparados àqueles com filhos, embora essas diferenças não tenham se mostrado significativas quando se controlou religiosidade e renda. Além disso, os casais sem filhos apresentaram maiores níveis de coesão e satisfação diádica. De acordo com a autora, essa diferença quanto à coesão pode ser relacionada ao fato de que, nesses casais, a atenção é focalizada exclusivamente um no outro, sendo que, nos casais com filhos, a energia e o tempo são prioritariamente investidos nas crianças.

Hoffman e Levant (1983), por sua vez, investigaram o ajustamento conjugal de jovens casais que não pretendiam ter filhos, comparando-os com aqueles que pretendiam tê-los. Participaram do estudo 52 casais que responderam à Escala de Ajustamento Diádico, assim como a escalas que avaliaram os valores predominantes na relação (instrumentais ou socioemocionais) e a identidade de papéis sexuais. Ao contrário de outros estudos, que sugeriram um maior ajustamento por parte dos casais

sem filhos, os autores não encontraram diferenças entre os dois grupos. No entanto, Hoffman e Levant discutem esse resultado considerando a heterogeneidade existente nesses grupos. Segundo esses autores, seria necessária a realização de um estudo que comparasse quatro tipos de casais: casais “voluntariamente sem filhos”, casais que pretendem ter filhos, casais que tiveram o número desejado de filhos e casais que tiveram mais filhos que o desejado, pois, a partir de sua revisão de estudos, concluíram que, de forma geral, a literatura tem sugerido uma semelhança no ajustamento conjugal de casais sem filhos e de casais que pretendem ter filhos, mas que, ao serem comparados com casais que já têm filhos, os sem filhos apresentariam um melhor ajustamento. Essa afirmação demonstra que não apenas os casais voluntariamente sem filhos constituem um grupo complexo e heterogêneo, mas também o dos próprios pais ou pais em potencial, o que acrescenta mais uma questão a se atentar quando se comparam esses dois grupos. No que se refere às demais variáveis investigadas, constatou-se que as mulheres sem filhos tendiam a apresentar uma identidade de papel sexual menos tradicional, mas não se encontraram diferenças no que se refere aos valores preponderantes no relacionamento.

Portanto, de forma geral, tem-se constatado que esses casais não tendem a apresentar uma relação de pior qualidade do que aqueles que têm ou desejam ter filhos. No entanto, chama-se atenção para a diversidade existente em ambos os grupos e para a importância de atentar para a forma como essas decisões são tomadas pelos casais (Cowan & Cowan, 1992), o que não foi avaliado pela maior parte desses estudos. A importância de investigar a qualidade do relacionamento conjugal desses casais se justifica não apenas por sua relevância para a qualidade de vida, mas também em função de que alguns estudos sugerem que essa pode ser uma variável que influencia a vivência de outros aspectos dessa experiência, tal como a forma que esses casais reagem ao estigma social (Rios & Gomes, 2009b).

### **O ciclo vital dos casais sem filhos**

Conforme destacado no início deste artigo, poucos foram os autores que investigaram o ciclo de vida individual ou familiar desses casais. No que se refere ao ciclo de vida individual, Mawson (2005) constatou que os casais participantes de seu estudo executavam tarefas desenvolvimentais semelhantes às pessoas de sua faixa etária, independentemente do fato de não terem filhos. No que se refere ao conflito entre generatividade X estagnação – crise típica do desenvolvimento na meia-idade, segundo a teoria de Erikson –, os casais sem filhos seriam capazes de expressar sua generatividade ao cuidarem do meio ambiente e de animais, assim como ao viverem segundo certas normas de consciência social. Essa seria uma forma de contribuir para as gerações futuras e de, conseqüentemente, alcançar a generatividade e afastar-se da estagnação. Além disso, esses casais demonstraram seguir suas metas de vida de forma autônoma e auto-avaliativa, o que estaria de acordo com as concepções teóricas que afirmam que indivíduos de meia-idade tenderiam a buscar o domínio e o controle de suas próprias vidas.

Abordando o ciclo de vida familiar, González (2005) ressaltou que esses casais viveriam em um estado permanente de “ninho vazio”. Nesse estágio do ciclo familiar tem início, nos casais com filhos,



quando estes saem da casa dos pais, permitindo que sua energia seja investida no próprio relacionamento conjugal ou em outros interesses do casal (Carter & McGoldrick, 1995). A ausência de filhos representaria uma crise por redução do sistema familiar, sendo que, nesses casais, os processos de transição se reduziram àqueles que dizem respeito exclusivamente ao casal, já que não existiriam as mesmas mudanças de estrutura ou de funções presentes nas famílias com filhos (González, 2005). No entanto, considerando que o ciclo de vida familiar constitui um movimento que afeta não apenas a família nuclear, mas também as diferentes gerações a que ela está atrelada (Carter & McGoldrick, 1995), é possível perceber a complexidade do desenvolvimento desses casais. Independente de terem ou não filhos, os casais seguem vinculados ao desenvolvimento de suas famílias de origem (Dykstra & Hagestad, 2007), influenciando e sendo influenciados pelas transições ocorridas nesses outros subsistemas.

Umberson, Pudrovska e Reczec (2010) realizaram uma revisão de estudos que compararam casais com e sem filhos, em diferentes estágios do ciclo vital. De forma geral, jovens adultos sem filhos apresentariam melhores índices de bem-estar quando comparados com casais com filhos. A ausência de filhos, no entanto, representaria uma fonte de estresse para aqueles casais que desejavam tê-los, mas não puderam, em função de uma situação de infertilidade. Na meia-idade, a ausência de filhos não se mostrou associada a piores níveis de bem-estar psicológico, sendo que o grupo mais vulnerável seria justamente o de mulheres que tiveram filhos mais cedo, em função especialmente da dissolução conjugal e das condições socioeconômicas. No que se refere à ausência de filhos na velhice, o status conjugal e o gênero parecem ser importantes questões a serem consideradas. Segundo alguns dos estudos revisados por esses autores, homens sem filhos que não tinham uma parceira ou que não mais contavam com sua presença seriam mais vulneráveis à ocorrência de depressão. No entanto, outros estudos identificaram que casais sem filhos tenderiam a apresentar menores índices de depressão na velhice, sendo que essas esposas apresentariam maior atividade social. As expectativas e as atitudes em relação à parentalidade também parecem ser fatores capazes de influenciar a forma como essa experiência é vivenciada na velhice.

No entanto, ainda existe certa controvérsia a respeito da ausência de filhos durante a meia-idade e o envelhecimento. Em estudo realizado com 1467 homens com idades entre 40 e 59 anos, que foram avaliados a partir de escalas sobre bem-estar psicológico e social, Dykstra e Keizer (2009), não se identificaram diferenças entre homens com e sem filhos no que se refere ao bem-estar psicológico, desde que controladas as variáveis referentes ao *status* conjugal. Porém, no que tange ao bem-estar social, homens que não tinham filhos ou que não viviam com eles relataram piores relacionamentos familiares e menor tendência a se envolverem com assuntos da comunidade. Esses homens mostraram-se menos propensos a buscar o apoio da família em momentos de dificuldade, apresentando estilos de vida mais individualistas. Os autores chamam a atenção para o fato de que homens sem esposa e filhos, ao envelhecerem, tendem a não apresentar em suas redes de apoio social pessoas dispostas a cuidarem deles em uma situação de doença, o que aumenta as chances de terem que recorrer a serviços formais de assistência.

Por outro lado, um estudo realizado por Robin-Terrado (in Dykstra & Hagestad, 2007) a partir de dados de mulheres que recebiam cuidado institucional complexifica ainda mais essa discussão. Esse

autor constatou que mulheres sem filhos tendiam a assumir maior controle sobre o que lhes acontecia, tomando decisões ativas sobre o tipo de cuidado que receberiam ou para onde iriam, enquanto as mulheres com filhos tenderiam a demonstrar uma atitude mais passiva.

Ao se analisar os resultados desses estudos, é necessário levar em consideração dois importantes aspectos. A maior parte deles não apresenta distinção entre casais “voluntariamente sem filhos” e casais “involuntariamente sem filhos”, o que pode ser relacionado, no caso dos estudos sobre envelhecimento, ao fato de que, quando esses idosos se encontravam em sua idade reprodutiva, era menor a liberdade para se optar por não ter filhos (Dykstra & Hagestad, 2007). No entanto, as diferentes circunstâncias que levam esses casais a não terem filhos influenciam a forma como essa experiência será vivenciada, fazendo deste um grupo altamente heterogêneo.

Em função das mudanças pelas quais a sociedade vem passando na atualidade, é possível questionar até que ponto essas experiências serão semelhantes ou diferentes às experiências que vivenciadas, na velhice, pelos casais que optam hoje por não terem filhos. A esse respeito, Mawson (2005) identificou reflexões por parte desses casais acerca de como seria sua velhice. No entanto, essas reflexões não chegaram a se caracterizar como maiores preocupações. A partir de uma coletânea dos diversos estudos qualitativos que desenvolveu, Letherby (2002) também encontrou referências sobre as reflexões de suas participantes quanto ao envelhecimento. Embora essas mulheres pensassem sobre a possibilidade de precisarem de cuidados na velhice, elas se mostraram conscientes de que ter um filho não representa uma garantia de cuidado e conforto durante esse estágio da vida. Dessa forma, “embora essas mulheres vivenciem ou esperem vivenciar solidão quando estiverem mais velhas, elas estão conscientes de que nem tudo são flores para aqueles que têm filhos” (p. 1275). Tal atitude pode ser compreendida como uma forma de controle das expectativas, fator que parece influenciar a forma como essa experiência é, de fato, vivenciada (Umberson et al., 2010).

### **A relação de casais sem filhos por opção com seu meio social**

Em um estudo que examinou os significados da não maternidade em um grupo de seis mulheres brasileiras, Patias e Bauer (2009) utilizaram a metáfora de “sentir-se como o patinho feio” das histórias infantis para explicar o sentimento de incompreensão e a pressão social que essas mulheres experienciavam ao realizar essa opção. Os relatos dos participantes do estudo de Rios e Gomes (2009b) ilustram como essa pressão é exercida pelos familiares e amigos desses casais, que questionam e cobram a vinda de um bebê. No entanto, as autoras destacaram que a forma como os casais reagem a essa pressão pode ser muito variada, dependendo da ambivalência quanto à decisão e do próprio vínculo entre os cônjuges. Possíveis respostas incluíam tentativas de reforçar e justificar a própria decisão perante os outros, assim como fingir que não podem ter filhos para pôr fim aos questionamentos. Aqueles que lidariam com essa pressão “de maneira mais persecutória, com maior necessidade de reparações ou de alguma forma reativa de defesa são aqueles em que o nível de ambivalência gerado pela escolha é maior, pelo menos em um dos membros” (p. 318).

Durham (2008) também realizou um estudo em que investigou a relação desses casais com seus

familiares e amigos, mas enfocando especificamente os processos de revelação/ocultamento da decisão de não ter filhos. Realizaram-se entrevistas individuais com 32 homens e mulheres que não tinham filhos de outras relações e que já haviam decidido juntamente com seus cônjuges que não teriam filhos. Os resultados obtidos por esse autor sugerem que o ônus dessas revelações ainda seria predominante feminino, uma vez que as esposas tenderiam a ser mais questionadas por outras mulheres do que seus maridos. Como forma de minimizar possíveis reações negativas – que poderiam influenciar tanto o relacionamento como a própria visão de si mesmo – esses casais selecionariam aqueles para quem revelam sua decisão. Dessa forma, os casais teriam maior probabilidade de fazer essa revelação para pessoas que parecem apresentar visões semelhantes a esse respeito, o que reduziria as chances de uma resposta negativa.

Conforme Dykstra e Hagestad (2007) pontuaram em sua revisão sobre o tema, tem se assumido que casais sem filhos se encontrariam em desvantagem no que se refere ao seu potencial de integração social, uma vez que os filhos favoreceriam uma aproximação em relação à vizinhança e à comunidade. Alguns estudos, no entanto, têm questionado essa ideia. Mawson (2005), por exemplo, constatou que algumas mulheres participantes de seu estudo, de fato, relataram terem se afastado de suas amigas com filhos, em função da redução no tempo disponível destas e da diminuição de interesses em comum. No entanto, identificou-se que esses casais apresentavam bons relacionamentos profissionais, acadêmicos e em outras comunidades, assim como se mostravam flexíveis em relação aos seus amigos com filhos e participavam de grupos em que a existência de filhos não constituía um critério de pertencimento. Dessa forma, embora tenham sido relatados sentimentos de exclusão, esses eram considerados passageiros.

Obtive resultados divergentes em uma pesquisa qualitativa realizada com oito casais voluntariamente sem filhos, que responderam a entrevistas individuais e conjuntas.

### **Considerações finais**

De forma geral, a literatura tem se contraposto aos preconceitos ainda existentes em nossa sociedade quanto à opção de não ter filhos. As ideias de que esses casais apresentariam maiores dificuldades em seus relacionamentos conjugais ou de que seriam psicologicamente mais vulneráveis têm sido contrariadas pelos dados obtidos por pesquisas nacionais e internacionais (Hoffman & Levant, 1985; Mawson, 2005; Rios & Gomes, 2009a, Somers, 1993; Umberson et al., 2010), embora ainda permaneçam questões quanto a uma maior vulnerabilidade desses casais durante a velhice (Dykstra & Keizer, 2009).

No entanto, a decisão de não ter filhos – provavelmente assim como a de tê-los – tem se mostrado uma experiência complexa, tanto ao considerarmos a decisão individual como, especialmente, ao considerarmos a decisão do casal (Cowan & Cowan, 1992; McAllister & Clarke, 1998). Diferentes fatores, conscientes ou não, parecem estar relacionados a essa escolha, que tende a trazer grandes repercussões não apenas para os casais, como para suas famílias e amigos.

A heterogeneidade que caracteriza esse grupo é uma importante questão ao ser considerada ao se analisar a experiência desses casais. Os diferentes caminhos que conduzem até essa opção

devem ser devidamente levados em conta, uma vez que podem influenciar a forma como essa experiência será vivenciada e seus efeitos sobre a saúde mental e a qualidade de vida desses indivíduos. Dessa forma, devem-se evitar generalizações, que tendem a simplificar e reduzir um fenômeno tão complexo (Carmichael & Whittaker, 2007; Dykstra & Hagestad, 2007; Letherby, 2002).

Embora a opção por não ter filhos esteja se tornando cada vez mais frequente em nossa sociedade, percebe-se a necessidade de mais estudos que busquem compreender as particularidades das vivências desses casais. Pesquisas que enfoquem a realidade nacional, o ciclo de vida familiar e individual desses casais, assim como o processo de decisão enfrentado pelos mesmos mostram-se especialmente relevantes nesse contexto. Dados a respeito dessa realidade são necessários para embasar a prática dos terapeutas junto a esses casais, assim como para questionar preconceitos e estigmas ainda presentes em nossa sociedade. Devemos lembrar que, como enfatizaram Carter e McGoldrick (1995), os terapeutas de família devem estar atentos às mudanças que acontecem na sociedade, reconhecendo as variações, a fim de evitar que as famílias permaneçam comparando sua estrutura e funcionamento com padrões idealizados.

## Referências

- Abma, J.C. & Martinez, G.M. (2006). Childlessness among older women in the United States: Trends and profiles. *Journal of Marriage and Family*, 68, 1045–1056.
- Carmichael, G. A., & Whittaker, A. (2007). Choice and circumstance: Qualitative insights into contemporary childlessness in Australia. *European Journal of Population*, 23, 111-143.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no Ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 7-29). Porto Alegre: Artmed.
- Cowan, C. P., & Cowan, C. A. (1992). *When partners become parents: The big life change for couples*. New York: Basic Books.
- Durham, W. T. (2008). The rules-based process of revealing/concealing the family planning decisions of voluntarily child-free couples: A communication privacy management perspective. *Communication Studies*, 59(2), 132-148.
- Dykstra, P. A., & Hagestad, G. O. (2007). Roads less taken: Developing a nuanced view of older adults without children. *Journal of Family Issues*, 28, 1275-1310.
- Dykstra, P. A., & Keizer, R. (2009). The wellbeing of childless men and fathers in midlife. *Ageing & Society*, 29, 1227-1242.
- González, J. A. R. (2005). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja: Crisis u oportunidades?* Madrid: Editorial CCS.
- Hoffman, S. R., & Levant, R. F. (1985). A comparison of childfree and child-anticipated married couples. *Family Relations*, 34, 197-203.
- Letherby, G. (2002). Childless and bereft? Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood. *Sociological Inquiry*, 72(1), 7-20.
- Maldonado, M. T., Dickstein, J., & Naohum, J. C. (1996). *Nós estamos grávidos*. São Paulo: Saraiva.

- Mawson, D. L. (2005). *The meaning and experience of voluntarily childlessness for married couples*. Unpublished doctoral dissertation. Vancouver: University of British Columbia, Faculty of Graduate Students – Counselling Psychology.
- McAllister, F., & Clarke, L. (1998). *Choosing childlessness*. London: Family Policy Study Centre.
- Myers, S. M. (1997). Marital uncertainty and childbearing. *Social Forces*, 75(4), 1271-1289.
- Nichols, W., & Pace-Nichols, M. A. (2000). Childless married couples. In W. C. Nichols, M. A. Pace-Nichols, D. S. Becvar, & A. Y. Napier (Orgs.), *Handbook of family development and intervention* (pp. 171-188). New York: John Wiley & Sons.
- Park, K. (2005). Choosing childlessness: Weber's typology of action and motives of the voluntary childless. *Sociological Inquiry*, 75(3), 372-402.
- Patias, N. D., & Bauer, C.S. (2009). Não tem filhos? Por quê? *Disciplinarum Scientia. Série Ciências Humanas. Série: Ciências Humanas*, 10(1), 121-133.
- Patias, N. D. & Bauer, C.S. (2012). "Tem que ser uma escolha da mulher"! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia e Sociedade*, 24(2), 300-306.
- Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2009a). Casamento contemporâneo: Revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(2), 215-225.
- Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2009b). Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 311-319.
- Somers, M. D. (1993). A comparison of voluntarily childfree adults and parents. *Journal of Marriage and the Family*, 55, 643-650.
- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade: O panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Thomson, E. (1997). Couple childbearing desires, intentions, and births. *Demography*, 34(3), 343-354.
- Umberson, D., Pudrovska, T., & Reczek, C. (2010). Parenthood, childlessness, and well-being: A life course perspective. *Journal of Marriage and Family*, 72, 612-629.
- Winnicott, D. (1978). Preocupação materna primária. In *Textos selecionados: Da pediatria à psicanálise* (J. Russo, Trans.) (pp.491-498). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Zapiain, J.G. (1996). Gravidezes inesperadas. Por quê? *Comunicação apresentada no seminário "O problema do aborto em Portugal: Questões sociais, médicas e jurídicas"*. Associação para o Planeamento da família, Évora.

#### **Endereço para correspondência**

E-mail: isabela.ms@gmail.com

Enviado em 07/11/2014

Aceito em 19/11/2014

